

ANEXO I DA RES-PGJ Nº 17/2026

1. Carteira de Identidade;
2. Cartão de inscrição no Cadastro de Pessoa Física;
3. Título de eleitor;
4. Comprovante ou justificação da última votação, ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo TSE;
5. Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
6. PIS-PASEP;
7. Comprovante de qualificação cadastral do *esocial*;
8. Certidão de nascimento ou casamento;
9. Diploma de Bacharel em Direito ou de Declaração de conclusão do curso/colação de grau, fornecida pela instituição de ensino;
10. Foto digital tamanho 3x4 recente, fundo branco;
11. Comprovante de residência atualizado;
12. Original de declaração de bens, de próprio punho ou impressa, ou cópia da declaração de bens entregue à Receita Federal no mesmo exercício;
13. Certidão de antecedentes criminais da Polícia Federal e da Polícia Estadual de todos os locais em que tenha residido nos últimos dois anos;
14. Certidão de distribuição da Justiça Federal e da Justiça Estadual de todos os locais em que tenha residido nos últimos dois anos;
15. Documentos exigidos pelo Aviso SGMP nº 030/2017, publicado em 29.09.2017:
 - 15.1. Declaração, sob as penas da lei, de não incidir em qualquer das hipóteses de vedação previstas em lei ou em Resolução;
 - 15.2. Certidões ou declarações negativas emitidas pelos órgãos com jurisdição sobre o domicílio do indicado:
 - 15.2.1. das Justiças: Federal, Eleitoral, Estadual ou Distrital e Militar;
 - 15.2.2. dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
 - 15.2.3. do Cadastro Nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa do CNJ;
 - 15.2.4. dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais, em que tenha trabalhado nos últimos 10 (dez) anos, constando a informação de que não foi demitido, a qualquer título, não teve cassada a aposentadoria ou disponibilidade e não foi destituído de cargo em comissão;
16. Declaração de cancelamento ou ausência de registro na OAB, constando, ainda, a informação de que não foi excluído no exercício da profissão.

**ANEXO II DA RES PGJ Nº 17/2026
FORMULÁRIOS**

1. DECLARAÇÃO CAIXA ECONÔMICA – CONTA SALÁRIO

CRÉDITO DE REMUNERAÇÃO EM CONTA SALÁRIO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DADOS PESSOAIS																					
Nome Completo																					
																		Matrícula			
C.P.F.										(DDD) Telefone										(DDD) Telefone Celular	
Endereço Residencial																					
Número				Complemento						Bairro											
Cidade										UF										CEP	
E-mail																					

DADOS DA CONTA SALÁRIO

Caso já possua conta corrente, em qualquer instituição financeira, e queira receber os vencimentos nela, informar à Caixa Econômica os seus dados bancários para que seja vinculada à conta salário.

Nº Agência:

Nome Agência:									

Nº Conta Salário (informar conta com 10 dígitos, sendo 9 nº da conta e 1 dígito)

_____, _____ de _____ de 20____

ASSINATURA

2. DECLARAÇÃO PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei:

1. Junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, que **NÃO** exerço atividade de advocacia, conforme exigência do Aviso SGMP nº 01 de 08/05/2008, publicado no DOE de 15/05/2008, com base na Resolução nº 27 de 10/03/2008, do Conselho Nacional do Ministério Público, publicada no DO de 08/04/2008;
2. Para fins de aplicação da EC nº 41/2003 – Reforma Previdenciária – junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, que pertenço à situação abaixo indicada;
Exerci o cargo público de _____ até _____/_____/____ no Órgão _____, antes de ingressar no Ministério Público de Pernambuco em _____/_____/____;
Não exerci cargo público antes de ingressar no Ministério Público de Pernambuco em _____/_____/____, nem tenho qualquer vínculo com órgãos da administração direta ou indireta da esfera federal, estadual ou municipal, inclusive suas autarquias, fundações e empresas públicas;
3. Que guardarei sigilo sobre documentos e fatos de que tenha conhecimento em razão da função do cargo, conforme previsto no artigo 193, inciso XII da Lei 6.123/68;
4. Que **NÃO** fui nos últimos 5 (cinco) anos: I – responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado, do Distrito federal ou de Município, ou ainda, por Conselho de Contas de Município; II – punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo; III- condenado em processo judicial por prática de crimes contra a Administração Pública ou ato de improbidade, capitulados nos Títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei 7.492 de 16/06/86 e na Lei 8.429 de 02/06/92.
5. Que **NÃO** exerço outro cargo, função ou emprego público, ainda que não remunerado, nem tenho qualquer vínculo com órgãos da administração direta ou indireta da esfera federal, estadual ou municipal, inclusive suas autarquias, fundações e empresas públicas.
6. Que **NÃO** incido em qualquer das hipóteses de vedação e proibições previstas na Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, e suas alterações posteriores, em especial em seu Capítulo III - Das Proibições, e Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, e suas alterações posteriores.

Recife, ____ de _____ de 20____.

IDENTIDADE:
CPF:

3. TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS

O presente Termo de Consentimento é firmado para formalizar a minha expressa concordância perante o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (MPPE), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 24.417.065/0001-03, com sede na Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Santo Antônio - Recife / PE , CEP 50.010-240, para realizar o tratamento dos meus dados pessoais constantes no Formulário.

Declaro ter ciência que, ao assinar este Termo de Consentimento, autorizo que os dados pessoais sejam tratados para a finalidade específica identificada no item 2 do presente Termo, em operações referidas no artigo 5º, inciso X, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

2. Finalidade:

Declaro estar ciente que o tratamento dos Dados Pessoais será realizado para a finalidade específica de Admissão de Pessoal.

3. Autorização para o Compartilhamento de Dados:

Autorizo o MPPE a compartilhar os Dados Pessoais com outros agentes de tratamento de dados, em razão da necessidade de Cadastro nos Sistemas da Instituição.

Tenho ciência de que o MPPE, e se necessário, outros agentes de tratamento, manterão arquivados os dados pessoais fornecidos para a finalidade prevista neste instrumento, inclusive após o término do tratamento para o cumprimento de obrigações legais e regulatórias aplicáveis ao MPPE.

4. Prazo de Duração:

Declaro estar ciente que o MPPE poderá tratar os dados pessoais durante o período necessário para que a finalidade prevista no Item 2 seja realizada ou atingida.

Os dados pessoais serão eliminados após o término do tratamento, ficando, porém, autorizada a conservação dos dados pessoais para os fins previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente para as finalidades previstas no artigo 16 da referida Lei, quais sejam:

- I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
- III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou
- IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados; e para fins estatutários.

5. Direitos do Titular dos Dados Pessoais:

Declaro estar ciente de que o tratamento dos dados pessoais é condição para a prestação do serviço, de acordo com a finalidade prevista neste instrumento.

Declaro também estar ciente de que a concordância do presente Termo de Consentimento não exclui direitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente os direitos conferidos ao titular dos dados pessoais pelo artigo 18 da LGPD, quais sejam:

- Confirmação de que existe um ou mais tratamento de dados sendo realizado;
- Acesso aos dados pessoais conservados que lhe digam respeito;
- Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou caso o seu tratamento seja ilícito;
- Eliminação de dados (exceto quando o tratamento é legal, mesmo que sem o consentimento do titular);
- Revogação do consentimento, nos termos da LGPD;
- Reclamação contra o controlador dos dados junto à autoridade nacional;
- Oposição, caso discorde de um tratamento feito sem seu consentimento e o considere irregular.

6. Segurança dos Dados e Manutenção:

Declaro que estou ciente que o MPPE adotará as providências técnicas e administrativas necessárias à proteção dos dados pessoais, atendendo todas as disposições legais aplicáveis.

Os dados pessoais serão armazenados de forma segura e serão adotadas técnicas para proteger os dados pessoais coletados de acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Além disso, serão incorporadas rotinas de segurança da informação, com a orientação e a capacitação das equipes técnicas nos aspectos de segurança da informação e promoção da publicidade das normas internas produzidas, salvo quando o sigilo seja necessário.

7. Revogação e Fale Conosco:

O presente Termo de Consentimento poderá ser revogado a qualquer tempo pelo titular dos dados pessoais, mediante solicitação expressa ao MPPE por meio dos canais de atendimento da Ouvidoria, disponíveis pela internet, por formulário (<https://bit.ly/ouvidoriamppe-manifestacao>), ou através do assistente virtual (www.mppe.mp.br).

Recife, _____ de _____ de _____

Titular

4. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, conforme as vedações estabelecidas na Súmula Vinculante nº 13 de 29/08/2008 e Resolução CNMP nº 37 de 28/04/2009, que pertenço à situação abaixo indicada:

Tenho grau de parentesco até terceiro grau (conforme os Artigos 1.591 a 1.595 do Código Civil), ou sou cônjuge, ou sou companheiro(a) de

membro, servidor do Quadro efetivo do Ministério Público Estadual de Pernambuco, ou de servidor à disposição do Ministério Público Estadual de Pernambuco, de acordo com os dados abaixo:

INFORMAÇÕES SOBRE O PARENTE, CÔNJUGE OU COMPANHEIRO					
Nome completo do Membro ou Servidor	Matrícula	Cargo	Categoria	Grau de Parentesco	Lotação Atual

A Categoria pode ser: Membro ou Servidor do quadro efetivo do MPPE ou Cargo Comissionado ou Servidor à disposição do MPPE.

Não tenho grau de parentesco (conforme os Artigos 1.591 a 1.595 do Código Civil), nem sou cônjuge, nem sou companheiro(a) de membro, servidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco ou de servidor à disposição.

Declaro, ainda, que estou ciente que não deverei ficar subordinado(a), caso seja designado(a), a membro ou servidor do Ministério Público, ou de servidor à disposição do Ministério Público com o qual eu tenha parentesco, devendo informar imediatamente à Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas.

Recife, ____ de _____ de ____.

NOME POR EXTENSO:

MATRÍCULA:

LOTAÇÃO ATUAL:

IDENTIDADE/CPF:

ASSINATURA:

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO: _____

ESCOLARIDADE DO CANDIDATO: _____

TELEFONES PARA CONTATO: _____

E-MAIL PESSOAL: _____

TIPO SANGÜÍNEO E FATOR RH: _____

EXERCE ATIVIDADES REMUNERADAS EXTERNAS AO MPPE? _____

_____, ____ de _____ de 20 ____.

IDENTIDADE: _____

CPF: _____